

Veriana Colaço
Idilva Germano
Luciana Lobo Miranda
João Paulo Barros
(Orgs.)

JUVENTUDES ^{EM} MOVIMENTO

experiências, redes e afetos



EXPRESSÃO
GRÁFICA
EDITORIA

Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
Idilva Maria Pires Germano
Luciana Lobo Miranda
João Paulo Pereira Barros
(Organizadores.)

Identidade visual

Chico Neto

Projeto gráfico e diagramação

Rayana Vasconcelos da Costa

Capa

Rayana Vasconcelos da Costa

Revisão

Rayana Vasconcelos da Costa e Veriana Colaço

Coselho Editorial

Gilmar de Carvalho (Coordenador)

Elba Braga Ramalho

Hernrique Figueiredo Carneiro

Ismael Pordeus Jr.

Neuma Cavalcante

Túlio de Souza Muniz

Ficha Catalográfica

Biblioteca Perpétua Socorro Tavares Guimarães CRB 3 801-98

Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos / organizado por Veriana de Fátima Rodrigues Colaço,
Idilva Maria Pires Germano, Luciana Lobo Miranda et al.

Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora 2019.

556p.

ISBN: 978-85-420-1382-5

1. Juventude brasileira 2. Políticas juvenis 3. VII JUBRA

I. Colaço, Veriana de Fátima Rodrigues Título II. Germano, Idilva Maria Pires III. Miranda, Luciana Lobo

IV. Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos

CDD : 305

Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
Idilva Maria Pires Germano
Luciana Lobo Miranda
João Paulo Pereira Barros
(Orgs.)

JUVENTUDES^{em} MOVIMENTO

experiências, redes e afetos



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM PSICOLOGIA

redeJubra



Youtube, Facebook, aplicativos diversos, Whatsapp) que configuram novas sociabilidades e modalidades de participação política.

A rede de experiências e afetos registrados nessa coletânea convoca e reanima as diversas comunidades e os próprios jovens à agência criativa, à luta por representatividade, à ocupação de espaços onde as falas foram capturadas e o silêncio imposto como uma das formas de exercício de poder. Que o verbo AFETAR possa ecoar, animar, reconectar, possibilitar celebrações, produzir encontros que nos ajudem a mover as estruturas. Essa é uma das forças de Marielle em nós, ocupar locais de arte: a arte de contar, de produzir conhecimento, de denunciar, de politizar espaços diversos, de carnavalizar! Sim, nossa resistência ao momento atual da história política brasileira fez-se em diversas cenas, onde a carne e a memória de negros, índios e pobres foi, mais do que exposta, REPOSTA.

O levante fez-se em tão belas e diversas cores, a resistência fez-se em canto coletivo, vibrou, ecoou, e é muito bom guardar a memória desse Carnaval, do sorriso de Marielle estampado na bandeira do Brasil. Que venham os próximos JUBRAS e que neles possamos contar outros belos capítulos da resistência popular.

Juventude? Presente!

Marielle, também!

SUMÁRIO



PARTE 1 Juventudes na teoria: concepções e desafios 33

Jovens e gerações em tempos de crise: entre Portugal e o contexto global *Vitor Sérgio Ferreira* 34

Onde estão os (sujeitos) jovens nas teorias da juventude? *Lúcia Rabello de Castro* 69

Teorias sobre a juventude: para que servem e para onde nos conduzem? *Maria Helena Oliva Augusto* 89

PARTE 2 111

Interseccionalidade, violência contra jovens e ameaças à saúde e bem estar juvenis

Juventudes em Espaços/Tempos de Educação Sexual: uma trilogia epistemológica sobre a pedagogia dos (não)sentidos *Alexandre Martins Joca* 112

Algumas palavras de uma feminista sobre o campo de estudos sobre juventude *Claudia Mayorga* 132

A perspectiva do feminismo interseccional e decolonial no enfrentamento do racismo e sexismo na vivência com a juventude universitária *Nara Maria Forte Diogo Rocha* 142

Jovens de terreiro na cidade: experiências estéticas e saberes políticos *Ilaina Damasceno* 160

Adolescentes em Conflito com a Lei: entre o prescrito legal e a prática social *Ilana Lemos de Paiva, Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira, Veriana de Fátima Rodrigues Colaço* 177

Juventudes desimportantes: a produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil *João Paulo Pereira Barros* 209

Trajetórias juvenis e lutas por reconhecimento: quando ser jovem é um grande risco <i>Camila Holanda Marinho</i>	239
Desmesuras entre corpo e cidade: juventude e violência <i>Glória Diógenes</i>	256
Políticas de saúde para Juventude: devemos seguir resistindo criativamente <i>Ricardo Pimentel Mélo, Maria Cristina G. Vicentin,</i> <i>Maristela de Melo Moraes</i>	276
A complexidade das intervenções: adolescentes, saúde mental e rede pública de saúde <i>Raquel Alencar Barreira Rolim,</i> <i>Karla Patrícia Holanda Martins</i>	300

PARTE 3 317

Educação, cultura e tecnologia: modos de viver e formas de participação política juvenis

Juventude e Cultura Digital: novos sujeitos, seus afetos e seus laços <i>Márcia Stengel, Nádia Laguárdia de Lima, Vanina Costa Dias, Jacqueline</i> <i>de Oliveira Moreira, Márcio Rimet Nobre</i>	318
Dinâmicas de participação de crianças e jovens youtubers <i>Inês Sílvia Vitorino Sampaio, Pâmela Saunders Uchôa Craveiro</i>	332
Rodas Culturais: estéticas de existência de juventudes em periferias urbanas <i>Jorge Luiz Barbosa</i>	355
Jovens, cultura e educação: dispositivos da arte e da tecnologia na escola <i>Monica Fantim</i>	371
Juventude e educação: desvendando as representações acerca do projeto de vida e da visão de futuro de jovens estudantes secundaristas das periferias de Goiânia, Lisboa e Madrid <i>Rosane Maria de Castilho</i>	391
Juventudes e políticas educacionais para o ensino médio: projetos, percepções e expectativas <i>Miriam Fábila Alves, Gabriel Carvalho</i> <i>Bungenstab, Valdirene Alves de Oliveira</i>	422

"Já estou implicado até a alma!": modos, expressões e desafios de subjetivação política juvenil <i>Érika de Sousa Mendonça, Flávia Mendes</i> <i>de Andrade e Peres, Tatiane Alves Baptista</i>	440
---	-----

Afetividade e participação: vivência da espiritualidade por jovens lideranças indígenas <i>Maria Zelfa de Souza Feitosa,</i> <i>Zulmira Áurea Cruz Bomfim</i>	460
---	-----

Gênero, tecnologias digitais e ativismo: quando jovens mulheres abrem a boca na rede <i>Idilva Maria Pires Germano, Graciela Natansohn,</i> <i>Ana Cesaltina Barbosa Marques, Jéssica de Souza Carneiro,</i> <i>Aluisio Ferreira Lima</i>	479
--	-----

Modos de vida de jovens em contextos rurais: o que temos a dizer sobre isso? <i>Verônica Moraes Ximenes, Alexsandra Maria Sousa Silva,</i> <i>Marcia Kelma de Alencar Abreu, Cândida Maria Bezerra Dantas</i>	513
---	-----

POSFÁCIO 532

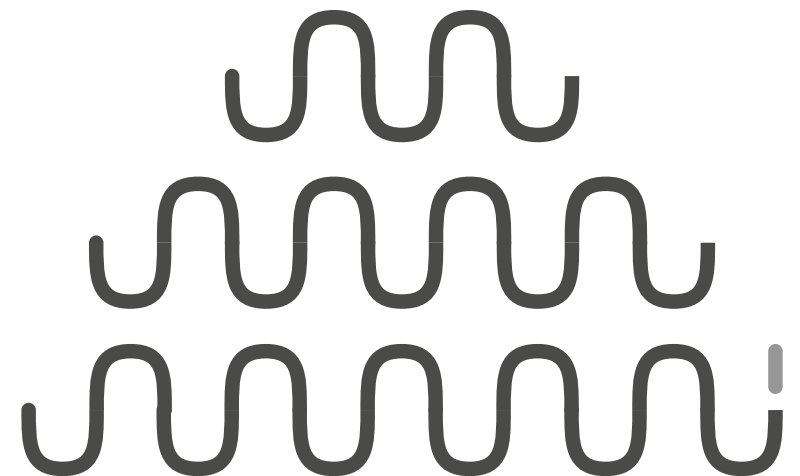
Juventude e Movimentos Sociais <i>Ana Julia Pires Ribeiro</i>	
---	--

SOBRE OS AUTORES E AUTORAS 538

PARTE 1

Juventudes na teoria:
concepções e desafios

03



Jovens e gerações em tempos de crise: entre Portugal e o contexto global

Vitor Sérgio Ferreira

Introdução

O discurso sobre gerações é, na atualidade, prolífico e generalizado na esfera pública, entre meios de comunicação social, redes sociais, e mesmo no espaço político. Sucodem-se letras para identificar coortes etárias nascidas em diferentes décadas (geração "x", "y" ou "z"), e multiplicam-se categorias para qualificar os jovens de hoje como geração distinta das suas predecessoras. O rótulo Milénio – uma qualificação cronológica inaugurada por Howe e Strauss (2000) para designar os jovens nascidos depois de 1980 –, acabou por tornar-se na categoria geracional globalmente mais popular nos *media*, sublinhando a especificidade social das coortes etárias que vivem a transição para a idade adulta nas condições sociais, económicas e políticas características da viragem do milénio ou depois.

Para além do Milénio – cuja designação se limita a localizar no tempo histórico os jovens nascidos depois dos anos 80 e cujas transições para a idade adulta foram feitas na viragem do milénio –, outras categorias geracionais foram posteriormente usadas para distinguir os jovens de hoje, sobretudo a partir das suas vivências e experiências nas esferas do trabalho, da mobilidade e da vida digital: “geração mileurista” (FREIRE, 2006; GENTILE, 2014),¹ “geração precária” (BESSANT; FARTHING; WATTS, 2017) ou “geração perdida” (ALLEN; AINLEY, 2010; PRITCHARD;

1 Esta designação tem por referência o salário médio imaginado para os jovens contemporâneos. Em Portugal tem adquirido formulações discursivas equivalentes que, contudo, revelam a presunção de salários mais baixos por relação a outros países da Europa, em torno dos 500-600 euros.

WHITING, 2014); “geração global” (EDMUNDS; TURNER, 2005; BECK; BECK-GERNSHEIM, 2009), “geração Europa” (LOPES, 2014) ou “geração Erasmus” (WILSON, 2011; IERACITANO, 2014); “geração digital” (FEIXA, 2014; PONTE, 2011), “geração net” ou “nativos digitais” (TAPSCOTT, 1998; HARGITTAI, 2010; JONES; SHAO, 2011). Estas são algumas das etiquetas, entre muitas outras, recorrentemente atribuídas aos jovens contemporâneos no sentido de enfatizar diferenças, conflitos ou fluxos entre os seus modos de vida e os modos de vida dos seus pais e avós – também estes, de resto, com direito aos seus epítetos geracionais: “geração *baby boomer*” (ROBERTS, 2012) ou “geração da Grande Guerra” (PAIS, 1998a).

A proliferação social do uso de categorias geracionais não tem sido, contudo, acompanhada por pesquisa empírica suficientemente ampla e com empenhamento analítico profundo no âmbito das ciências sociais. Existe muita especulação, simplismo e exagero universalista, por vezes até contradição, nas afirmações que se fazem acerca da existência de supostas gerações e mudanças geracionais. São generalizações geralmente fundamentadas em estudos de mercado promovidos por grandes empresas orientadas para o *marketing* e para o *business* (WILLIAMS; PAGE, 2011; PARMENT, 2014), com interesses mais mercadológicos do que científicos nas suas análises e conclusões.

Em geral, esses estudos pretendem, sobretudo, avaliar a capacidade económica e a disponibilidade simbólica de determinados segmentos juvenis para a aquisição de determinados bens de consumo (objetos, experiências, serviços etc.), atribuindo-lhes gostos, apontando-lhes práticas sociais e definindo-lhes estilos de vida colocados à disposição no mercado, gerando posteriormente rótulos *pop* para determinados perfis de consumo. São estudos que tendem a homogeneizar a condição juvenil e respetivos comportamentos, obscurecendo as condições sociais e culturais desiguais que lhe são inerentes à luz de experiências juvenis

predominantemente ocidentais, localizadas em países anglo-saxónicos, entre as “classes médias” brancas, urbanas e mais escolarizadas (LITTLE; WINCH, 2017). Nesta linha, são estudos que dão por garantido que diferentes coortes demográficas – ou seja, os jovens nascidos entre a data x e a data y – têm uma correspondência geracional. No entanto, não existem definições consensualmente aceites acerca dos conteúdos dessas etiquetas, bem como dos seus limites etários.

Nesta perspetiva, começo por apresentar as atuais abordagens sociológicas ao conceito de geração. Considerando o contexto global de crise sistémica e instauração de políticas de austeridade em vários países do mundo desde 2008, desde os EUA, à Europa e ao Brasil, continuo a discussão com a hipótese desse momento constituir, de facto, um “marcador geracional”, no sentido em que identifica um ponto de viragem que cria condições estruturais propícias a que os percursos de vida dos jovens que estão a fazer as suas transições para a idade adulta, sejam vivenciados, perspectivados e planeados de formas estruturalmente diferentes e desiguais dos percursos de vida dos seus pais. Tal acontece, em boa medida, devido ao facto de muitas reestruturações instauradas pelas políticas de austeridade se estenderem para além da conjuntura de crise, pondo em causa direitos de cidadania social fundamentais na organização dos percursos de vida, presentes e futuros, dos jovens.

A flexibilidade instaurada nas condições laborais dos mais jovens e o seu potencial prolongamento ao longo do curso de vida vem, assim, introduzir o foco das desigualdades na discussão sobre gerações, desvinculando-a das meras diferenças culturais, de valores e éticas de vida. Nesta sequência, apresento a hipótese de a “precariedade”, embora vivida de formas muito diferenciadas em função dos suportes sociais dos jovens, poder constituir o núcleo de uma nova consciência geracional enquanto condição estrutural perspectivada ao longo da vida, com efeitos profundos e prolongados, que vão muito além da esfera da vida laboral,

reificando um contexto propício à insegurança ontológica dos cidadãos mais jovens. Esta discussão será desenvolvida, em grande medida em torno do caso português, recorrendo a várias fontes e estudos, um dos países mais afetados pela crise e pelas políticas de austeridade dentro da zona Euro.

Geração e geracionismo

Ainda que a aproximação empírica ao conceito de “geração” seja frequentemente feita com recurso à construção de grupos etários, o facto é que, sociologicamente, as gerações não emergem “naturalmente” da cadência temporal estabelecida pelos ritmos biológicos ou demográficos traduzidos nas idades dos indivíduos. Assumir uma abordagem geracional implica ir além da análise dos efeitos de idade indiciados pela estrutura cronológica de sucessivos grupos etários, exigindo uma leitura que se centra no tempo longo das estruturas sociais, e não apenas nas variações que as atitudes e comportamentos terão ao longo do percurso de vida, das suas “idades” ou “ciclos”. Como apontado por Mannheim – um dos percursores da abordagem geracional no início do Século XX, com a publicação, em 1928, de “O problema das gerações” (1990) – os grupos etários correspondem a “gerações potenciais” que, só quando tocadas por um quadro de profunda desestabilização e mudança social, com suficiente força disruptiva e transformadora para fazer emergir padrões atitudinais e comportamentais diferentes dos partilhados no passado, poderão vir a configurar “gerações efetivas”.

A “perspetiva geracional” inaugurada em Mannheim e continuada na sociologia com aportes diferenciados², comunga de dois atributos centrais para identificar e compreender uma geração, na sua unidade e especificidade, como “realidade social”: por um lado, a existência de

² Ver, por exemplo, EISENSTADT (2009 [1956]), ATTIAS-DONFUTT (1988) e EYERMAN e TURNER (1998).

um quadro de eventos suficientemente amplos e intensos para separar a continuidade histórica da vida coletiva, eventos esses que, no presente, podem corresponder a “lentos e não catastróficos processos económicos, políticos e de natureza cultural” (FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 191); e, por outro, esse mesmo quadro de descontinuidades históricas tem que ser experienciado de forma abrangente pelos membros de uma formação social numa fase precoce da sua socialização, para que produzam efeitos prolongados nas suas biografias e relações subjetivas com o mundo.

A perspectiva geracional vem, portanto, localizar os indivíduos dentro de configurações estruturais específicas, de natureza económica, social, cultural e/ou política, considerando os processos de mudança que permitem inaugurar condições de socialização suficientemente amplas e diferentes do passado para proporcionar novas experiências e moldar novas subjetividades entre as camadas mais jovens da população. Neste sentido, é colocada a hipótese de novas prioridades e subjetividades emergentes no quadro de novas condições materiais de existência dos jovens não assumirem uma realidade meramente “transicional” (ou seja, resultado de um efeito da sua condição juvenil), mas terem a capacidade de ser transportadas ao longo da vida, resultando numa condição geracional.

Será que as etiquetas atrás elencadas em torno dos jovens contemporâneos traduzem efetivamente a emergência de uma nova geração social? Terão essas etiquetas correspondência a realidades sociais concretas e objetivas? Estarão esses jovens a forjar novas formas de transição para a idade adulta? Ainda que estejamos em tempos de aceleração da temporalidade histórica, é decerto impossível pensar em mudanças tão aceleradas que justifiquem uma sucessão de gerações tão rápida como a que tem vindo a ser mediatizada, considerando a recente profusão de categorias e qualitativos de identificação geracional, vagos e apressados.

Mais do que mostrar a existência efetiva de gerações, a criação frenética de categorias geracionais testemunha a recente tendência para o “geracionismo” (WHITE, 2013), ou seja, a invocação sistemática do conceito de geração como princípio de categorização, divisão e explicação do mundo, com o objetivo de localizar, narrar e compreender no tempo as mudanças globais que ocorrem a nível social, económico e político e que – supostamente – atingem com maior intensidade e continuidade os mais jovens.

Na “abordagem geracionista”, o conceito de geração é assumido como uma “realidade discursiva” (SCHERGER, 2012; ABOIM; VASCONCELOS, 2013; PRITCHARD; WHITING, 2014; TIMONEN; CONLON, 2015). São realidades discursivas no sentido em que são construções simbólicas consubstanciadas em narrativas culturais que integram códigos e terminologias que pretendem expressar diferenças de gostos, valores, representações e éticas de vida, a partir de princípios etários. Nesta perspectiva, as gerações são tomadas como categorias simbólicas usadas no espaço público e na interação social, em configurações diversas e com conteúdos diferenciados, categorias essas que os indivíduos têm possibilidade de mobilizar na sua prática discursiva quotidiana como princípios de organização e interpretação do mundo e de mudança nos seus processos de identificação e categorização social.

A “perspetiva geracionista” afasta-se assim da “perspetiva geracional” no sentido em que, na primeira, as realidades discursivas não têm de ter correspondência objetiva a gerações como realidades sociais concretas, ancoradas a eventos dotados de potencial de mudança histórica. O que não impede, como assinala White (2013), que expressões geracionistas possam surgir com a emergência das formações sociais, que propõem identificar e descrever, não apenas prenunciando-as, mas também contribuindo na sua produção social.

Gerações e desigualdades intergeracionais

Os discursos e os rótulos geracionistas aludem, em grande medida, a transformações em torno das diferentes vivências e experiências dos jovens de hoje em diferentes esferas da sua vida quotidiana, relativamente às gerações suas predecessoras. E fazem-no não apenas numa perspetiva de identificar “diferenças intergeracionais”, num plano horizontal de diferenças culturais, mas também, e cada vez mais, na perspetiva de reconhecer e dar a conhecer “desigualdades intergeracionais”, num plano vertical de assimetrias e relações de poder, envolto numa linguagem moral que frequentemente procura identificar injustiças e desigualdades económicas, sociais e políticas nas relações entre gerações (PEREIRA DA SILVA; RIBEIRO, 2017). Tal acontece na medida em que, como argumenta Roberts (2012), em muito países da Europa, após a segunda guerra mundial, a designada geração *baby boomer* ou do pós-guerra foi aquela, depois de muitas, a viver melhor que as suas predecessoras, e a saber que estava a viver melhor em termos de rendimentos, níveis de consumo e direitos sociais.

Embora com ritmos, intensidades e configurações muito diferenciadas, este contexto, atualmente, tem estado em ampla reconfiguração a uma escala global, com uma massa de jovens mais escolarizados e mais “mundializados” – ou seja, mais conectados entre si e com o mundo – a experienciar não apenas novas formas de transição para a idade adulta, mas também a enfrentar uma profunda transição na própria condição de adulto, marcada por dificuldades acrescidas, até mesmo bloqueios, em termos de capacidade de autonomização social e emancipação económica. Em grande medida, devido às transformações estruturais ocorridas na esfera do trabalho sob a égide de um “novo de capitalismo” (SENNETT, 1998; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999), marcado pela implementação de um conjunto de medidas orientadas para a

“flexibilização” das condições laborais, com implicações profundas nas capacidades de planeamento e de tomada de decisão dos jovens em várias esferas das suas vidas.

Os bloqueios laborais que vivem acabam por transformar-se em bloqueios transicionais, consubstanciados em adiamentos mas suas aspirações e projetos por falta de meios de concretização. A condição juvenil tem-se prolongado de tal forma ao longo dos percursos de vida dos cidadãos nascidos depois dos anos 80 que se corre o risco de os estudos de juventude já não estarem a analisar as condições de adiamento dos marcadores tradicionais de entrada na idade adulta (FERREIRA; NUNES, 2014), mas as condições que reestruturam a própria condição de adulto nesta geração, bem como a sua futura condição de idoso. É, de facto, a uma revolução nos próprios padrões de percursos de vida que estaremos a assistir, hoje menos organizados segundo “ciclos” pré-determinados e lineares, e mais organizados em “espirais” contingentes, cada vez mais vertiginosas e arriscadas, com consequências nos compromissos intergeracionais até aqui estabelecidos, recentemente questionados e frequentemente atacados. É neste contexto que o termo “geração” é hoje, sobretudo após o contexto de crise, enfaticamente adotado como parte da linguagem do coletivismo juvenil, e é frequentemente acionado como categoria política mobilizadora de ação coletiva face às desigualdades que lhe são atribuídas. Tal como o foi, de resto, no passado, a classe social.

Não quer isto dizer, de forma alguma, que as desigualdades fundadas nas classes sociais tenham desaparecido no século XXI, mas que a idade – a par de outras variáveis como o género ou a pertença étnico-racial – se tornou num critério relevante no acesso e na luta por recursos, salários e direitos sociais. O conceito de “precariado”, essa nova, ampla e heterogénea categoria social, caracterizada pela vulnerabilidade social decorrente dos empregos estruturalmente precários, e pela incerteza e insegurança crónicas em termos de

rendimento no futuro (STANDING, 2014), quer do ponto de vista do salário, quer da aposentadoria, permite dar conta dessa nova realidade de classe em articulação com a idade/geração.

Trata-se de uma categoria social que já não está apenas associada a um conjunto de profissões material e simbolicamente menos qualificadas, mas que se estende, cada vez mais, entre os recém-chegados a profissões e atividades altamente qualificadas e simbolicamente valorizadas, a quem são oferecidas hoje condições contratuais e salariais muito mais flexíveis, inseguras e desvantajosas relativamente ao passado.³ A este propósito Côté (2013) enfatiza a necessidade de retomar o tópico da “juventude-como-classe”, evidenciando a proletarização sistémica da população juvenil em muitos países, onde os jovens são deixados – nomeadamente pelo Estado – à mercê dos interesses económicos neoliberais e seus mecanismos de exploração.

É neste cenário que os discursos geracionistas expressam frequentemente lutas sociais em torno de políticas de redistribuição de poder e de rendimento, bem como de reconhecimento de determinados direitos de cidadania social que começam a estar em causa, nomeando quem é suscetível de ter alguma comunalidade neste tipo de experiências⁴. Há, de facto, uma distribuição desigual das posições de poder em termos geracionais, sendo a “autoridade geracional” alvo de disputas e de hierarquizações. As grandes transformações socioeconómicas presentemente a ocorrer não estão a ser promovidas, em grande medida, pelas mais jovens gerações, mas por elites financeiras que se estão a beneficiar em detrimento daquelas. Para além disso, a vantagem demográfica que as coortes etárias mais velhas têm face às

3 Ver, para o caso português, MATOS; DOMINGOS; KUMAR (2010), e MATOS; DOMINGOS (2012).

4 Ver, por exemplo, GOUGLAS 2013; WILLIAMSON 2014; MILKMAN 2017; BESSANT; FARTHING; WATTS 2017.

mais jovens nos tradicionais processos eleitorais e de consulta pública têm favorecido, em vários pontos do globo, a subida ao poder políticos de posições mais conservadoras.

É nesta perspetiva que o termo geração foi uma prática discursiva que interpelou, por exemplo, durante o referendo associado ao Brexit, quando se argumenta na praça pública e mediática que os eleitores que votaram sim no referendo para a saída da Grã-Bretanha da União Europeia teriam sido sobretudo os eleitores mais velhos, definindo assim um futuro que eles próprios não iriam viver, e o qual não era o futuro maioritariamente pretendido pela geração mais nova, percecionada como mais escolarizada e cosmopolita que a sua predecessora.⁵

A geração é ainda uma categoria que atualmente mobiliza discursivamente em relação a problemas relacionados com a redistribuição justa de riqueza e de direitos entre gerações mais velhas e mais novas, nomeadamente no que toca ao mundo do trabalho, onde os conflitos intergeracionais estão a ser potencializados. A desigualdade que se faz sentir entre diferentes gerações no campo laboral estará a gerar mal-estar e sentimentos de injustiça relativa, quando muitas vezes numa mesma organização ou empresa, hoje, os mais jovens assumem as mesmas tarefas ou até tarefas mais relevantes e exigentes (muitas vezes relacionadas com novas competências, digitais e outras) que os trabalhadores mais velhos, mas com remunerações, formas contratuais e de proteção social bastante mais desfavoráveis. Numa sociedade onde a fecundidade tem vindo a decrescer e a esperança média de vida tem vindo a aumentar, as desigualdades geracionais tornam-se ainda evidentes em termos da distribuição dos recursos públicos, cada vez mais escassos,

5 Basta fazer uma procura, em qualquer motor de busca, pelos termos “Brexit and generation” para encontrar as milhares de notícias e artigos mediáticos publicados em meios de comunicação social como a BBC, o Independent, The Guardian, a Time etc., que entre 2016 e 2017 tentam mostrar e interpretar o Generation Gap presente no Brexit.

considerando que “as mais novas [gerações] verão as mais velhas apropriarem-se dos ganhos de produtividade realizados, sendo cada vez mais difícil dar justificação ética às transferências entre elas” (MENDES, 2005, p. 250).

É neste cenário que postulo a possibilidade de os atuais discursos geracionistas poderem ser analisados como “sintoma” de mudança geracional em curso e, nesta medida, como “vestígio” de uma geração como realidade social em construção. E não apenas renunciando-a, mas também contribuindo na sua produção social e simbólica. De facto, como colocado por Roberts (2012, p. 479), as condições que possibilitaram a reprodução das experiências e os padrões de vida da geração *baby boomer* ou do pós-guerra têm vindo a desaparecer, prognosticando-se a emergência provável, se bem que ainda indefinida, do que poderá vir a configurar uma nova geração entre os jovens nascidos após os anos 80, os quais vêm a conhecer e viver um mundo diferente do vivido no passado e projetado no futuro. Hipótese de natureza global a ver e a acompanhar de forma contextualizada e interseccionalizada, considerando a variedade (no espaço) e variabilidade (no tempo) de políticas públicas nacionais, bem como variáveis de escolaridade, origem de classe e capital social familiar, género, estatuto étnico-racial e de cidadania, entre outras.

A austeridade como marcador geracional

Como já mostram alguns estudos académicos, a geração nascida depois de 1980 viu-se confrontada, em vários países do mundo⁶, com padrões salariais mais baixos relativamente às gerações precedentes, e com condições de precariedade laboral que vão além do momento de entrada no mercado de trabalho, marcando cada vez mais os percursos de vida

⁶ Ver BESSANT; FARTHING; WATTS (2017) para o caso dos Estados Unidos da América, Inglaterra, Austrália, França e Espanha. Ver CÔTÉ (2013) para o caso do Canadá, e de outros exemplos. No caso português, ver FERREIRA *et al* (2017), BAGO D'UVA; FERNANDES (2017).

ativa desta geração. Em Portugal, estas condições foram particularmente intensificadas quando, na ressaca da crise do *subprime* em 2008, mundialmente repercutida, Portugal pede um resgate internacional em 2011 para fazer face à sua dívida pública e, em consequência, é instaurado um conjunto de medidas políticas de austeridade imposto pela então conhecida *Troika*, formada por três instituições internacionais: a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional.

Os anos decorridos entre 2011 e 2015 formam uma conjuntura histórica que teve efeitos específicos na vida dos jovens (e dos menos jovens também). Apesar de existirem sinais económicos de melhoria em Portugal, as reconfigurações sistémicas acionadas pelas políticas de austeridade foram de tal forma intensas e profundas que, dificilmente, os seus efeitos serão circunscritos ao período em que ocorreram e posteriormente revertidos a curto ou médio prazo. Foram, de facto, efeitos que acabaram por ir muito além da esfera económica, abrindo a possibilidade de ser ter instaurado com durabilidade “um regime social de existência precária”, com “consequências profundas e dificilmente reversíveis, pelo menos a médio prazo, na economia, no mundo do trabalho, mas também nas estruturas sociais e de classe” (CARMO; BARATA, 2017, p. 322-323). Regime social esse que, a longo termo, se poderá traduzir numa diversidade de modos de vida precária entre os jovens, variável conforme as próprias condições de desigualdade social inerente à pluralidade das condições juvenis.

Considerando as mudanças produzidas na estrutura social e económica da sociedade portuguesa (e de outras sociedades do Sul da Europa, como Grécia, Malta, Espanha, Itália e Malta), deixo em aberto a hipótese de as políticas de austeridade implementadas durante esse período funcionarem como “marcador geracional”: não no sentido de constituir um evento responsável por ruturas abruptas, mas por estabelecer um ponto de viragem marcado pela intensificação e

aceleração de processos económicos e sociais que já vinham de trás, e que são geradores de um contexto estruturalmente diferenciado do passado. Ou seja, efeitos que não correspondem a descontinuidades históricas diretamente induzidas pela recessão económica, mas que são resultantes de tendências que já se vinham a assinalar e que prognosticavam a fragilidade da esperança da “Geração de Abril” – a geração que, em Portugal, corresponde a um reflexo pálido e tardio das aspirações da geração *baby boom* na Europa⁷ – em consolidar um Estado Social forte, com justiça social e crescimento económico.

Com efeito, o quadro das condições inauguradas no dia 25 de abril de 1974 – dia que simbolicamente marca a queda da ditadura em Portugal e a instauração de um sistema democrático –, potenciou a crença nas possibilidades de segurança material, de paz e de mobilidade social ascendente entre aqueles que, desde cedo, se formaram nesse quadro de condições. À inauguração do sistema democrático nos anos 70 e ao fim da guerra pela defesa dos territórios ocupados em África pelos Portugueses, sucedeu-se, ao longo dos anos 80, a estabilização de um modelo de Estado de direito e de Estado-Providência, uma conjuntura de crescimento económico e de progressiva terciarização da economia, a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (em 1986), a expansão e democratização dos meios de comunicação social, o aumento substancial das taxas de escolarização, nomeadamente no ensino superior, e a diminuição das taxas de desemprego (FIGUEIREDO; LORGA DA SILVA; FERREIRA, 1998).

⁷ Tal como propõe Bauman (2007), as fronteiras que separam as gerações não podem deixar de ser ambíguas e indefinidas consoante a sua localização no tempo e no espaço (territorial, social e cultural). Neste sentido, em Portugal não tivemos propriamente uma geração *baby boom* tal como ela é descrita na literatura, muito menos no tempo histórico em que emergiu no contexto anglo-saxónico. Portugal vivia em ditadura aquando da II guerra mundial, e assim viveu mais 30 anos após o fim dessa guerra. Lidou ainda, durante esse tempo, com as suas próprias guerras, no sentido de tentar conservar os territórios ocupados em África. Eram condições difíceis que não se coadunam com os ideais de prosperidade e bem-estar da geração *baby boomer* anglo-saxónica.

Este conjunto de condições estruturais foi acalentando um sentimento de esperança no futuro entre os jovens que nelas foram socializados, ou seja, as coortes etárias nascidas nos anos 60 e 70 em Portugal, justamente as que vieram a constituir a Geração de Abril. Não foi, contudo, uma estrutura suficientemente sólida e durável para garantir às gerações vindouras a continuidade desse mesmo sentimento de esperança. A partir dos anos 90, os níveis de desemprego geral e juvenil recomeçam um movimento ascendente (FERREIRA, 2006), transformando-se num fenómeno que Natália Alves veio a identificar como incontrolável, massivo e seletivo:

Incontrolável, porque não parou de crescer nos últimos 20 anos, à exceção da última metade da década de 80. Massivo porque atingiu um número elevado de assalariados. Seletivo porque não se distribui uniformemente por todas as categorias de trabalhadores, incidindo principalmente nos grupos sociais mais vulneráveis (jovens, mulheres e, nalguns países, emigrantes) ou em sectores de atividade específicos (ALVES, 1993, p. 651).

Como fatores explicativos das dificuldades acrescidas dos jovens na sua transição para o mercado de trabalho nos idos anos 90, já eram apresentados “a diminuição do volume de emprego, em particular em sectores de atividade tradicionalmente recetivos à mão-de-obra juvenil, e a precarização da relação salarial” (ALVES, 1998, p. 110).

Quando compara alguns indicadores comuns aos Inquéritos Nacionais à Juventude realizados em 1997 e em 1987, observa-se que os jovens dos anos 90 manifestavam maiores aspirações relativamente às qualificações académicas, que pensam vir a obter relativamente aos jovens dos anos 80 (PAIS, 1998b, p. 189). Continuava a sentir-se, portanto, a ampliação das aspirações escolares dos jovens e a sua aposta no prolongamento das suas trajetórias ao nível superior, acreditando no valor do diploma como antídoto contra as dificuldades de inserção profissional e no seu virtuoso poder de encontro entre o tipo e nível de instrução, a profissão, a remuneração e o estatuto social (ALVES, 1998,

p. 89). Em contrapartida, porém, esses jovens dos anos 90 já revelavam também uma maior consciência das dificuldades de inserção profissional e das ameaças do desemprego.

A Geração de Abril demarca-se por ter sido uma geração que, socializada em condições marcadas pela expansão ininterrupta da escolarização desde a escolaridade obrigatória até ao ensino superior, foi acalentando ao longo do seu percurso escolar aspirações e expectativas elevadas quanto ao “valor de empregabilidade” dos diplomas que foram acumulando – ou seja, o valor atribuído a esse dispositivo no acesso a um posto de trabalho equivalente às qualificações que certifica, a formas mais estáveis de emprego e, em última instância, até mesmo no acesso a um posto de trabalho *tout court*.

Mas o facto é que a notável progressão da escolarização dos jovens portugueses nesses anos, e a consequente ampliação das aspirações e expectativas deste segmento populacional por uma melhor qualidade de vida no futuro, em termos de estabilidade e segurança laboral, foi sendo acompanhada de dificuldades acrescidas na sua inserção profissional, nomeadamente no acesso a postos de trabalho correspondentes à qualificação obtida em termos de remuneração, estatuto e proteção social (FIGUEIREDO; LORGA DA SILVA; FERREIRA 1998; FERREIRA 2006). Perante esta situação, José Machado Pais já colocava a seguinte questão no final dos anos 90:

[...] será que o sistema de ensino não estará inculcando nos jovens expectativas desmesuradas, ou pelo menos desproporcionadas, relativamente à prosaica realidade do mundo do trabalho? E ao serem defraudadas tais expectativas, em jovens com fortes expectativas de mobilidade social, não se estarão a criar condições para o surgimento, no futuro, de formas específicas de *desencanto social*? (PAIS, 1998b, p. 190).

Cerca de 20 anos depois, a hipótese colocada por José Machado Pais veio, na realidade, a confirmar-se. As reações sociais que vieram a

ser desencadeadas pela aplicação das medidas de austeridade impostas pela *Troika* em 2011 – patentes em movimentos sociais que, organizados de forma global, rizomática e virtual, adquiriram expressão em Portugal durante os anos da crise (PAIS, 2014), como o Movimento 12 de Março⁸, os Precários Inflexíveis, os Indignados, ou outros equivalentes⁹ –, dão conta desse sentimento de desencanto e insatisfação social. Ainda que generalizado, trata-se de um sentimento em grande medida partilhado por jovens e adultos formados num horizonte de expectativas marcado pelo crescimento do Estado Social e pela crença no valor de empregabilidade dos diplomas escolares, horizonte de expectativas esse que é confrontado com um quadro de dificuldades acrescidas no acesso ao mercado de trabalho que, não sendo totalmente novo, se intensificou sobremaneira no decorrer da conjuntura de profunda crise económica que se instalou na Europa depois de 2008.

O diploma de ensino superior já não garante o acesso e progressão em determinada carreira, nem sequer um emprego correspondente à qualificação obtida (CARDOSO *et al.*, 2014). Uma realidade desencantada de que, por sua vez, os jovens e suas famílias estão cada vez mais cientes, como se pode constatar na crónica de Andreia Fonseca, uma jovem mestre em psicologia, publicada no jornal Público em Junho de 2015¹⁰:

8 Resultante da organização da manifestação realizada nesse mesmo dia, em 2011.

9 Estes movimentos, entre outros, indicam novas formas de olhar para e de fazer política entre os jovens de hoje, enquanto expressões de resistência às novas condições estruturais que experienciam, bem como de tentar configurar alternativas ao sistema social que se desenha (CAREN; GHOSHAL; RIBAS 2011; WILLIAMSON 2014; MILKMAN 2017). Destacam-se, sobretudo, por serem movimentos de ação coletiva à escala global, formados e ligados em condições globalizadas de conexão, proporcionadas quer pelo entrosamento das novas tecnologias da informação e da comunicação no quotidiano, quer pelo alargamento relativo das oportunidades de mobilidade geográfica em termos internacionais.

10 Andreia Fonseca, “Sou desta geração que nem se permite sonhar”, Crónica P3, Público, 12 de Junho de 2015. Ver <http://p3.publico.pt/actualidade/sociedade/17113/sou-desta-geracao-que-nem-se-permite-sonhar>

Eu faço parte de uma curiosa geração. Com 25 anos, cresci com a lengalenga de que um curso era uma garantia de sucesso. Mas esta geração foi enganada. O canudo não é garantia, quanto muito, é um investimento a longo-prazo que, quem sabe, um dia venha a gerar lucro. Iludida, esta geração partiu aos 18 anos de malas feitas para a universidade, numa heroica busca por um futuro promissor. Mas, no meu caso e em tantos outros (atrevo-me a dizer milhares), o tiro saiu pela culatra.

O curso foi concluído com esforço, investimento (a todos os níveis) e média de 18 valores — com direito a lágrimas de orgulho na defesa da tese de mestrado. E depois do pico de felicidade, veio a realidade... O regresso a casa, com as mesmas malas, que carregadas de sonhos heroicos partiram, mas que voltavam com receios, dúvidas e dificuldades antecipadas.

As malas estavam certas! Os dias passavam, os currículos eram impressos, entregues e, com muita certeza, ignorados a velocidades vertiginosas. “Muda o currículo”, “oculta o teu mestrado”, “tens de aceitar que isto está difícil e terás de te sujeitar a qualquer coisa”, diziam as vozes sábias que me rodeavam, e que a cada palavra “queimavam” os meus sonhos, transformando-os em meras cinzas.

[...]

Todo este frenesim, que é a minha vida de desempregada diplomada, termina na mesa de refeição. Aquele momento em que me sento, vejo o ar de cansaço na cara dos meus pais (aquele ar de quem tem de contar os cêntimos para sobreviver) e percebo que continuo a depender deles para comer um simples pão.

E no desenrolar deste “simples” pensamento, percebo que nem sequer me atrevo a pensar em vir a ter a minha própria casa, o meu próprio carro (ou outro veículo com rodas), ou a comprar a minha própria comida. E é esta geração, que agora ainda é apelidada de “jovens adultos” que um dia será o núcleo da nossa população ativa. Uma geração que nem se permite a sonhar, porque os sonhos custam muito... Custam o preço da desilusão, a nossa e a de quem nos ama. E como o “sonho comanda a vida”, eu nem me atrevo a referir que vivo: sobrevivo, à custa dos sacrifícios dos meus pais, aqueles que em tempos choraram de orgulho quando conquistei o maldito canudo!

Palavras duras de quem, como muitos outros jovens em Portugal, como em outros países da Europa do Sul, vive um cenário onde as condições que favoreceriam a procura otimista da educação formal e os itinerários que esta oferece se viram muito fragilizadas. A diminuição do volume do emprego e a consequente compressão do mercado de trabalho

resultou em índices muito elevados de desemprego, em particular de desemprego juvenil, nomeadamente entre segmentos até aí menos expostos a estas essas condições, como os jovens graduados (CARDOSO *et al*, 2014). A taxa de desemprego juvenil atingiu picos como nunca vistos no passado (chegando próximo dos 40% em 2013). As configurações mais estruturais de desemprego também se intensificaram, na forma de desemprego de longa duração, acentuando-se fortemente a probabilidade de “formas transitórias de desemprego como situação temporária” se tornarem, a prazo, em “formas circulantes de desemprego como condição intermitente”, com risco de a precariedade se enraizar nos seus percursos e vir a estruturar os modos de vida dos jovens pela regularidade e temporalidade que adquire quando adultos (FERREIRA *et al*, 2017).

E, note-se ainda, que os números oficiais do desemprego deixam de fora não apenas muitos desses jovens que prefeririam estar a trabalhar, mas são contabilizados como população não ativa, mas também aqueles que estão refugiados num sistema de ensino, pelo qual se arrastam na condição de estudantes ou que, desencorajados da procura ativa de emprego, figuram na condição estigmática de desocupados, mais conhecidos por jovens “nem-nem” - “nem trabalham, nem estudam” – ou jovens NEET (*not in education, employment or training*), designações que, em grande medida, reatualizam a tradicional imagem da juventude “alérgica” ao trabalho (ROWLAND *et al*, 2014, FERREIRA; PAPPÁMIKAIL; VIEIRA, 2017).

Por outro lado, aumentaram também as formas de subemprego, presentes no ressurgimento das formas atípicas de emprego, das economias do “bico” e da informalidade (FERREIRA *et al*, 2017). Uma certa instabilidade sempre fez parte integrante dos processos juvenis de transição para a idade adulta. A própria noção de “experiência”, nomeadamente de experiência profissional, faz parte integrante das transições para o mercado de trabalho. A oferta de trabalho no início da vida ativa sempre tendeu a

ser marcada por vínculos curtos, elevada rotatividade de ocupações, com identidades profissionais ainda pouco definidas e consolidadas. Contudo, o risco crescente é que, em determinadas condições estruturais tais como as que têm caracterizado recentemente a economia, o tecido empresarial e o quadro legal das relações laborais na sociedade portuguesa (OECD, 2017), essas formas mais instáveis, temporárias e flexíveis de transição juvenil se prolonguem no percurso de vida e se transformem em condição social na idade adulta. Por outras palavras, que situações de trabalho intermitente, oscilando entre situações de trabalho independente legal ou ilegal, estágios, bolsas, acumulação de empregos a tempo parcial e ocasionais, e todo o manancial de formas de emprego outrora chamadas “atípicas”, se institucionalizem como típicas, dando forma a trajetórias laborais e percursos de vida com possibilidades muito difusas de projetar um futuro para além do constrangimento e da aleatoriedade do presente. E isto bem para além da dimensão profissional da vida.

A precariedade como núcleo de consciência geracional

A situação de extrema precariedade em termos laborais estará a constituir-se núcleo estruturador de uma “consciência geracional” (MANNHEIM, 1990; FEIXA; LECCARDI, 2010), foco reflexivo em torno do qual se configura a unidade de experiências subjetivas partilhadas entre os jovens nascidos depois dos anos 80, bem como o reconhecimento da sua particularidade perante as gerações anteriores. Uma consciência que, de resto, encontra condições para ser ampliada. Num contexto de crise sistémica que atravessa muitos países do globo, com intensidades e configurações muito diferenciadas, as experiências e mundividências dos jovens acerca da precariedade, tradicionalmente enraizadas e compreendidas numa ordem nacional, encontram condições para rápida e eficazmente poderem ser partilhadas a uma escala transnacional,

potenciando a criação de uma consciência geracional global (BECK; BECK-GERNSEIM, 2009; EDMUNDS; TURNER, 2005).

No caso português, é notável o reconhecimento intergeracional em torno do atual desemprego juvenil como facto estrutural, ou seja, um facto de ordem da própria estrutura de emprego e funcionamento do mercado de trabalho, orientando o ónus do desemprego juvenil, no sentido do pressuposto da sua recente compressão, ao contrário das perceções sociais e juízos morais tradicionalmente partilhados no passado sobre o desemprego dos jovens. Do ponto de vista do senso comum, a situação de desemprego dos jovens tendia a ser tradicionalmente percecionada como resultado da renúncia voluntária do trabalho, recaindo sobre o(s) jovem(s), acusado(s) de “não querer trabalhar”, um juízo moralizante que tendia a ser fundamentado numa ética do trabalho como dever. Mais recentemente, o juízo moral tende a ser dirigido à Escola e aos sistemas de formação profissional: vazando uma visão puramente instrumental do conhecimento, argumenta-se que os sistemas institucionais de transmissão de conhecimento, supostamente, não promovem, a montante e a jusante da sua ação, a articulação entre competências, qualificações e lugares no mercado de trabalho (ALVES, 2007; CARDOSO et. al, 2014). Ou seja, o desemprego juvenil seria decorrente dessas instituições não garantirem a suposta “empregabilidade” dos jovens – a sua capacidade em se tornar “empregável” - na medida em que os jovens não se encontrariam preparados para os lugares de trabalho supostamente disponíveis.

Ora, longe dos argumentos de senso comum que argumentavam a “alergia ao trabalho” por parte dos jovens, ou das teses construídas em torno da falácia da “empregabilidade” e da suposta falta de preparação dada pela escola, existe um largo consenso intergeracional na sociedade portuguesa em torno da perceção do desemprego juvenil como sendo de natureza estrutural, sobretudo causada pela diminuição do volume de emprego e consequente compressão do mercado de trabalho. Num

inquérito aplicado em 2015 (FERREIRA *et al*, 2017), mais de 60% dos portugueses reconheciam que as causas do desemprego dos jovens estão ligadas ao facto de haver “cada vez menos empregos para quem está a entrar no mercado de trabalho”, refletindo a incapacidade crónica do sistema produtivo português em gerar suficientes postos de trabalho, largamente amplificada durante a crise económica e financeira.

Em grande medida, a subsistência estrutural deste traço na sociedade portuguesa acontece por que a regulação feita pelo Estado tem mantido o seu papel de tutor (coach), conservando o seu receituário tradicional em termos de políticas públicas de emprego juvenil: a) por um lado, políticas de ativação de emprego, consubstanciadas em medidas de curto alcance, alicerçadas em formas efémeras de formação, estágios ou contratos de inserção, para garantir a “empregabilidade” dos jovens – palavra de ordem entendida como a capacidade do trabalhador em adaptar-se às demandas do mundo do trabalho; b) por outro, políticas de promoção de autoemprego e de criação de empresas, conhecidas sob a designação de “políticas de promoção de empreendedorismo”, subfinanciadas e com uma adesão residual entre a população jovem desempregada, com pouca capacidade para a sua posterior sustentabilidade. A figura do “jovem empreendedor” e a imagem da “empregabilidade”, cultivadas em larga escala pelas políticas públicas mais recentes no combate ao desemprego juvenil, são figuras prototípicas do neoliberalismo económico, que coloca no indivíduo o ónus da responsabilidade (e da culpabilidade) pela condição de desempregado e pela sua saída dessa condição, desconsiderando os fatores estruturais que estão na base do acréscimo de jovens nessa situação.

Por fim, ainda, as políticas mais recentes têm ido no sentido liberalização do mercado de trabalho (flexibilização laboral, mobilidade profissional, colaboração em projetos etc.), as quais não têm tido o suporte de qualquer “mão invisível” na economia portuguesa, no sentido de darem os resultados esperados (aumentar o emprego), o que faz com

que a mobilidade seja “da precariedade à precariedade” (MATOS, 2014), passando por tempos de desemprego cada vez mais prolongados. De facto, para aqueles jovens que vão conseguindo estar empregados, as políticas de austeridade instauradas pela Troika vieram acompanhadas de exigências no sentido da volatilização do emprego estável, da consolidação de uma relação laboral mais flexível, contingente, precária e individualizada, da redução salarial relativamente a gerações anteriores em funções e ocupações equivalentes, com muitas garantias públicas de proteção social a serem postas em causa.

Neste contexto em que a precariedade das relações laborais se instala com intensidade e durabilidade nos percursos de vida, os jovens portugueses de hoje partilham com outros jovens da Europa do Sul uma condição social paradoxal: nunca em Portugal houve uma condição juvenil tão qualificada e, ao mesmo tempo, tão frustrada nas aspirações e expectativas laborais socialmente nutridas pela escola e a família, e em tamanhas dificuldades de inserção profissional, em trajetórias cada vez mais descontínuas, mas onde o labirinto tende a conduzir quase sempre à mesma meta: a precariedade. Uma geração em “disritmia entre o idealizado e o realizado”, “quando os futuros imaginados são denegados pela realidade” (PAIS, 2012, p. 267). Ou, como mais popularmente se diz, uma “geração à rasca” (PAIS 2014; PINTO 2011), metáfora usada para dar conta de quão crítica é a questão da inserção profissional dos jovens portugueses, pelas dificuldades que gera e se propagam a várias dimensões e fases da vida, ultrapassando a dimensão laboral e resultando em problemas mais vastos de inclusão social.

Da precariedade laboral à insegurança ontológica

Os efeitos das políticas de austeridade tiveram efeitos intensos e lacerantes muito além da esfera económica, na medida em que as

condições de precariedade dos jovens não se fazem sentir apenas na sua inserção do mundo do trabalho, mas atingem uma dimensão muito mais ampla nas transições para a idade adulta, afetando outras dimensões das vidas juvenis em termos de (des)proteção social e de (in)dependência e, em última instância, de (in)segurança ontológica. A segurança ontológica, segundo Giddens (1995), dá conta de um sentimento de continuidade na identidade pessoal do sujeito, de estabilidade e ordem nos acontecimentos e experiências por que passa, e de constância dos ambientes sociais e materiais que o envolvem. A precariedade sentida nas inserções laborais dos jovens tendem a constituir uma ameaça constante a esse sentido de segurança existencial e pessoal, contaminando e estreitando os horizontes futuros.

São vários os estudos que, recentemente, têm apontado os impactes marcantes das dificuldades sentidas em termos de inserção laboral na gestão da vida quotidiana dos jovens, bem como no delineamento e concretização de projetos futuros que vão muito além da vida profissional, mas que desta dependem em grande medida. Falo de marcadores de transição para a “idade adulta” que perpassam outras esferas das vidas juvenis, como a saída da casa dos pais e a autonomização habitacional, a conjugalidade e a parentalidade, por exemplo (PAIS, 2012; ALVES *et al*, 2011).

De facto, é muito mais difícil e arriscada a tomada de decisão dos jovens adultos de hoje relativamente a projetos como sair de casa dos pais, comprar casa ou constituir família. Não por acaso, são projetos que vão sendo adiados e cuja realização vai acontecendo na medida das condições materiais de cada jovem, sempre com o espectro de poderem ter de ser revertidas a qualquer momento. Essa é também, aliás, uma marca da atual geração, indicador da sua precariedade existencial: a *reversibilidade* a que estão sujeitos os estatutos sociais que vão assumindo ao longo da vida. Sai-se de casa dos pais correndo o risco de lá voltar, experimentam-

se relações e conjugalidades, deixa-se de ser estudante com consciência da necessidade de mais tarde voltar à escola, é-se trabalhador e no dia seguinte está-se desempregado, estágios, formações e afins acumulam-se num percurso de vida cada vez mais labiríntico, sem grandes marcos de orientação.

Por outro lado, face a essa ‘desfuturização’ da sua vida, os jovens desta geração acabam por ser mais ‘presentistas’ do que os jovens em gerações anteriores, ou seja, acabam por valorizar muito mais as experiências que lhes são proporcionadas no presente e as respetivas gratificações, do que valorizar projetos de futuro, muito mais difíceis de delinear e concretizar e com gratificações incertas. Deparados com uma realidade onde a estabilidade é muito difícil de garantir e o futuro é feito de cenários abertos e prazos curtos, o importante é viver o momento presente, o dia-a-dia, e aproveitar em termos não apenas hedonistas, mas também de realização pessoal e identitária – ainda que, daqui para a frente, de uma forma provisional e reciclável, flexível e adaptativa. A noção de “experiência” torna-se um valor discursivo nas mais diversas esferas da vida dos jovens, cuja concretização prática está, com certeza, bastante dependente das respetivas condições objetivas.

Ao mesmo tempo, até por via da presença maciça das novas tecnologias da informação e comunicação entre a mais jovem geração, mas também da relativa democratização do acesso ‘à viagem’ (voos *low cost*, diferentes formas de alojamento a baixos custos, programas de intercâmbio estudantil etc.), é uma geração globalmente conectada, que tende a ter “mais mundo” nos seus horizontes, e a ter acesso a mais e diversificadas experiências na sua biografia, bastante mais segmentada, despadronizada e desritualizada do que no passado. A acelerada flexibilização do mercado de trabalho, em termos de vínculos contratuais, temporais e até geográficos, a ubíqua digitalização dos mundos de vida, e a ausência de condições para desenhar projetos de (e com) futuro, acaba

por efetivamente tornar o percurso de vida dos jovens desta geração numa sequência de experiências, voluntárias e/ou condicionadas.

Numa conjuntura em que a noção de “inserção profissional” já não pode ser conceptualizada como um momento específico na vida (conotada com as ideias de “entrada na vida ativa”, ou de “transição da escola para o trabalho”) para converter-se num processo cada vez mais ziguezagueante, indeterminável e impreciso (ALVES, 2008; PAIS, 2001), as articulações deste processo com os marcadores de passagem tradicionais estão a criar formas de transição para a idade adulta feitas de cenários e itinerários complexos, incertos e inseguros (VIEIRA; FERREIRA; ROWLAND, 2015). É neste contexto, onde as estruturas de oportunidade no acesso ao emprego estão cada vez mais bloqueadas, acabando por vedar a cada vez mais jovens o acesso à concretização de outros projetos de vida, que a ideia de inserção profissional converge cada vez mais com a ideia de inclusão social, estando a obtenção de emprego intrinsecamente associada a mecanismos de proteção da exclusão social (ALVES, 2008).

No entanto, para aqueles que vivem a sua condição juvenil em contexto de crise e pós-crise, tal acontecerá já não necessariamente sob a égide de um sentimento de vitimização e frustração perante futuros e identidades projetadas, como a Geração de Abril. Socializados em condições de escassez laboral, é viável a hipótese de a precariedade deixar de ser discutida enquanto tal, e as novas regras do jogo capitalista e neoliberal tenderem a ser vividas a par de um sentimento funcional de aceitação e naturalização. Os que têm respaldo para explorar aventureira e criativamente os limbos da incerteza e da insegurança, poderão até valorizar as vivências e experiências que tais regras poderão proporcionar. Mesmo que as condições objetivas impulsionem esforços muitas vezes inglórios, os ajustamentos psicológicos impelem à incorporação e reprodução de crenças neoliberais: há que ser otimista e recomeçar, sempre com energia e trabalho duro (FRANCESCHELLI; KEATING, 2018), buscando-se saídas,

se virando, movendo-se sempre, sem queixumes nem fatalismos, mesmo quando esse movimento se faz em círculos que impreterivelmente voltam à casa partida (muitas vezes em casa dos pais...).

Conclusão

Marcarão estes impasses na vida profissional dos jovens uma marca geracional? Serão, a par de outras dimensões da vida, identificadores de uma mudança estrutural de tal ordem na vivência dos jovens ao longo dos seus percursos de vida que poderão indiciar a emergência de uma nova geração? Terão sido os anos de austeridade e as mudanças que nele aconteceram (ou se intensificaram) um ponto de viragem e rutura geracional?

Ainda será cedo para avaliar com rigor os impactes das mudanças que têm vindo a acontecer em termos da sua longevidade ao longo do percurso de vida da coorte etária nascida depois dos anos 1980. Mas seria ingenuidade sociológica pensar que as tendências identificadas para os anos da crise, em Portugal mas não só, estarão circunscritas a efeitos de conjuntura. Por enquanto, existem com certeza efeitos de conjuntura transversalmente partilhados por uma condição juvenil longa e que se alonga no curso de vida, ou seja, que estão cada vez mais longe de poderem ser conceptualizados como meros “efeitos de idade” ou de “ciclo de vida”. Dada a sua intensidade e enraizamento estrutural, os efeitos detetados terão, com certeza, condições para se propalar para além desta conjuntura, legitimando a hipótese de se cristalizarem no tempo e se transformarem em efeitos geracionais, no sentido de se prolongarem no tempo biográfico dos percursos de vida e no tempo histórico das coortes etárias vindouras.

Quer isto dizer que são efeitos que colocam em causa as fronteiras simbólicas não apenas da condição de “jovem”, mas também, inclusive, a própria condição de “adulto”. Não embarcando em controvérsias

marcadas por posições mutuamente exclusivas – como as que apresentam o paradigma geracional como substituto do paradigma das transições ou que apontam o paradigma geracional como uma “nova ortodoxia emergente nos estudos da juventude”¹¹ –, vale a pena considerar que um novo quadro geracional terá entre os seus principais efeitos a reconfiguração das formas de existência da condição de “adulto” e dos próprios percursos de vida tal como tinham sido vividos e projetados até aí. E o facto é que se tem vindo a assistir a mudanças estruturais que têm vindo a alterar significativamente a vivência dos marcadores tradicionais de entrada na idade adulta na Europa, com efeitos específicos entre os jovens nascidos após os anos 80, dando-lhes a conhecer e viver um mundo diferente do vivido no passado e projetado no futuro.

Perante a mudança global nas condições estruturais depois dos anos 80, em termos de condições de autonomização na vida pessoal e de comunicação na vida quotidiana, os jovens “Milénio”, quer nas formulações discursivas que sobre eles recaem, quer nas condições objetivas que envolvem as suas experiências e mundividências, poderão estar na base da configuração de uma nova geração, ainda em construção, marcada pelas mudanças estruturais que a crise económico-financeira acelerou e consolidou. Não ainda uma geração efetiva, no sentido sociológico do termo, mas a expressão de um processo de transição geracional vivido globalmente, onde os nascidos depois dos anos 80 terão sido os primeiros jovens a ter de lidar diretamente com a realidade do capitalismo neoliberal, ajustando muitas das expectativas e aspirações de que ainda partilham à dura estrutura de estrangimentos e oportunidades que lhes é disponibilizada, intrinsecamente marcada pela precariedade das suas existências.

11 Críticas apontadas a Woodman e Wyn (WYN; WOODMAN, 2006, 2007; WYN, 2012; WOODMAN, 2013), por Roberts (2007, 2012); e France e Roberts (2015).

Isto não quer dizer que tais mudanças sejam vividas pelos jovens de igual forma. O paradigma geracional é com frequência criticado por supostamente homogeneizar os sujeitos nascidos em determinados contextos espaço-temporais, cristalizar e uniformizar diferenças a partir de sentidos de rutura, e nivelar as diversidades e as desigualdades existentes no momento presente. No entanto, não é um dado adquirido que tal aconteça. O facto das novas gerações estarem desigualmente expostas às reestruturações em curso, elas próprias fortemente assimétricas do ponto de vista social e espacial, torna falacioso pensar que essa transformação cria inevitavelmente uma unidade intra-geracional totalizante das constelações simbólicas. As assimetrias juvenis persistem e adquirem novos contornos, pelo que o impacto das “marcas da época” entre os jovens e no decorrer do seu percurso de vida será sempre filtrado pelas suas condições objetivas de existência, nomeadamente em termos de classe social de origem, de escolaridade ou situação socioprofissional, de género ou orientação sexual, de etnicidade ou estatuto de cidadania, por exemplo.

Já Mannheim (1990) afrontava este problema avançando com o conceito de “unidades geracionais”, ou seja, grupos que, embora partilhem de uma “consciência geracional” marcada pela proximidade face a um novo contexto estrutural (e pela distância face ao anterior), refletem e reagem de forma diferenciada perante o mesmo, considerando as posições sociais que nele assumem. Embora imersos num contexto estrutural relativamente particular, marcado por processos estruturais comuns (como a escolarização alargada, as dificuldades e restrições na inserção no mercado de trabalho, o acesso às novas tecnologias, entre outras...), as trajetórias juvenis são atravessadas por diferentes experiências socializadoras, suportes e condições sociais que têm efeitos diferenciados e desiguais nas provas enfrentadas e nas estratégias usadas para com elas lidar.

Neste sentido, as intensidades como a insegurança ontológica é sentida e as formas da precariedade como é vivida e gerida no decorrer do curso de vida, são socialmente diversificadas e desiguais, uma vez que os seus efeitos sobre as trajetórias depende, em grande medida, dos regimes de transição para a idade adulta, subjacentes aos contextos políticos nacionais, bem como das origens sociais e dos capitais que os sujeitos, jovens ou adultos, acumularam nos respetivos percursos. Definitivamente, o respaldo público, familiar e escolar de alguns jovens relativamente a outros possibilitar-lhes-á resistir melhor aos processos de desqualificação profissional que não estão em consonância com as suas aspirações e/ou qualificações. Outros, porém, em posições de acentuado risco de exclusão social, viverão a precariedade da sua trajetória profissional em condições de maior sofrimento objetivo e subjetivo.

Referências Bibliográficas

ABOIM, Sofia; VASCONCELOS, Pedro. From political to social generations: a critical reappraisal of Mannheim's classical approach. **European Journal of Social Theory**, v. 17, n. 2, p. 165-183, 2013.

ALLEN, Martin; AINLEY, Patrick. **Lost Generation?** New strategies for youth and education. Londres: Continuum, 2010.

ALVES, Natália. Os jovens e o mundo do trabalho: desemprego e inserção profissional. In: **Estruturas Sociais e Desenvolvimento**: actas do II Congresso de Sociologia. Vol. 1, Lisboa: APS, 1993. p. 647-656.

_____. Escola e trabalho: atitudes, projetos e trajetórias. In: CABRAL, Manuel Villaverde; PAIS, José Machado. **Jovens Portugueses de Hoje**. Oeiras: Celta/Secretaria de Estado da Juventude, 1998. p. 53-133.

_____. E se a melhoria da empregabilidade dos jovens escondesse novas formas de desigualdade social? **Sísifo**, n. 2, p. 59-68, 2007.

_____. **Juventudes e Inserção Profissional**. Lisboa: Educa/UI&DCE, 2008.

ALVES, Nuno de Almeida; CANTANTE, Frederico; BAPTISTA, Inês; DO CARMO, Renato Miguel. **Jovens em Transições Precárias**: trabalho, quotidiano e futuro. Lisboa: Mundos Sociais, 2011.

ATTIAS-DONFUTT, Claudine. **Sociologie des générations**: l'empreinte du temps. Paris: PUF, 1988.

BAGO D'UVA, Teresa; FERNANDES, Marli. **Mobilidade Social em Portugal**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017.

BAUMAN, Zigmund. Between us, the generations. In: LARROSA, J. **On generations**. On coexistence between generations. Barcelona: Fundação Viure I Conviure, 2007. p. 365-376.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. Global generations and the trap of methodological nationalism for a cosmopolitan turn in the sociology of youth and generation. **European Sociological Review**, v. 25, n. 1, p. 25-36, 2009.

BESSANT, Judith; FARTHING, Rys; WATTS, Rob. **The Precarious Generation**: a Political Economy of Young People. Nova Iorque: Routledge, 2017.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **Le nouvel esprit du capitalismo**. Paris: Gallimard, 1999.

CARDOSO, José Luís; ESCÁRIA, Vitor; FERREIRA, Vitor Sérgio; MADRUGA, Paulo; RAIMUNDO, Alexandra; VARANDA, Marta. Employability and Higher Education in Portugal. **Journal of Graduate Employability**, n. 0, p. 17-31, 2014.

CAREN, Neal, GHOSHAL, Raj Andrew; RIBAS, Vanesa. A social movement generation: cohort and period trends in protest attendance and petition signing. **American Sociological Review**, v. 76, n. 1, p. 125-151, 2011.

CARMO, Renato Miguel; BARATA, André. Teoria social da austeridade: para uma crítica do processo de precarização. **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 2, p. 319-342, 2017.

CÔTÉ, James E. Towards a new political economy of youth. **Journal of Youth Studies**, v. 17, n. 4, p. 527-543, 2014.

EDMUNDS, June; TURNER, Bryan S. Global generations: Social Change in the

Twentieth Century. **British Journal of Sociology**, v. 56, n. 4, p. 559-577, 2005.

EISENSTADT, Shmuel Noah. **From generation to generation**: age groups and social structure. New Jersey: Transaction Publishers, 2009 [1956].

EYERMAN, Ron; TURNER, Bryan. Outline of a theory of generations. **European Journal of Social Theory**, n. 1, p. 91-106, 1998.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmen. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, p. 185-204, 2010.

FEIXA, Carles. **De la Generación @ a la Generación #**. La juventude n la era digital. Barcelona: NED Ediciones, 2014.

FERREIRA, Vitor; LOBO, Maria Costa; ROWLAND, Jussara; SANCHES, Edalina. **Geração Milénio?** Um retrato político e social. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

FERREIRA, Tatiana; PAPPÁMIKAIL, Lia; VIEIRA, Maria Manuel. **Jovens NEEF**: Mudanças e continuidades no pós-crise. Policy Brief 2017. Lisboa: OPJ/ICS-ULisboa, 2017.

FERREIRA, Vitor Sérgio; NUNES, Cátia. Para lá da escola: transições para a idade adulta na Europa. **Educação em Foco**, v. 18, n. 3, p. 167-207, 2014.

_____. **A condição juvenil portuguesa na viragem do milénio**: um retrato longitudinal através de fontes estatísticas oficiais: 1990-2005. Lisboa: Instituto Português da Juventude, 2006.

FIGUEIREDO, Alexandra; LORGA DA SILVA, Catarina; FERREIRA, Vitor Sérgio. **Jovens em Portugal**: análise longitudinal de fontes estatísticas: 1960 - 1996/97. Oeiras: Celta, 1998.

FRANCE, Alan; ROBERTS, Steven. The problem of social generations: a critique of the new emerging orthodoxy in youth studies. **Journal of Youth Studies**, v. 18, n. 2, p. 215-230, 2015.

FRANCESCHELLI, Michela; KEATING, Avril. Imaging the future in the Neoliberal Era: young people's optimism and their faith in hard work. **Young**, v. 26, n. 4S, p. 1-17, 2018.

FREIRE, Espido. **Mileuristas**: retrato de la generación de los mil euros.

Madrid: Ariel, 2016.

GENTILE, Alessandro. The impacts of employment instability on transitions to adulthood: the Mileuristas young adults in Spain. In: ANTONUCCI, Lozenza; HAMILTON, Myra; ROBERTS, Steve. **Young people and social policy in Europe**: dealing with risk, inequality and precarity in times of crises. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2014. p. 125-144.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Oeiras: Celta, 1995.

GOUGLAS, Athanassios. The young precariat in Greece: what happened to 'Generation 700 euros'? European Perspectives. **Journal on European Perspectives of the Western Balkans**, v. 5, n. 1, p. 30-47, 2013.

HARGITTAI, Eszter. Digital Na(t)ives? Variation in internet skills and uses among members of the 'net generation'. **Sociological Inquiry**, v. 80, n. 1, p. 92-113, 2010.

HOWE, Neil; STRAUSS, William. **Millennials Rising**: the Next Great Generation. Nova Iorque: Vintage Books, 2000.

IERACITANO, Francesca. New European citizens: the Erasmus generation between awareness and skepticism. **European Journal of Research on Social Studies**, v. 1, n. 1, p. 16-21, 2014.

JONES, Chris; SHAO, Binhui. **The Net Generation and Digital Natives Implications for Higher Education**. York: Higher Education Academy, 2011.

LITTLE, Ben; WINCH, Alison. Generation: the politics of patriarchy and social change. **Soundings**, n. 66, p. 129-144, 2017.

LOPES, João Teixeira. **Geração Europa?** Um estudo sobre a jovem emigração qualificada para França. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2014.

MANNHEIM, Karl. **Le Problème des Générations**. Paris: Nathan, 1990 [1928].

MATOS, José Nuno; DOMINGOS, Nuno. **Novos proletários**: a precariedade entre a "classe média" em Portugal. Lisboa: Edições 70, 2012.

MATOS, José Nuno; DOMINGOS, Nuno, KUMAR, Rahul. **Precários em Portugal**: da fábrica ao call centre. Lisboa: Edições 70, 2010.

MATOS, José Nuno. O retrato da jovem enquanto trabalhadora: da

precariedade à precariedade. In: DOMINGOS, Nuno; MONTEIRO, Bruno. **Tempos Difíceis**: as pessoas falam sobre a sua vida e o seu trabalho. Lisboa: Outro Modo Cooperativa Cultural/Le Monde Diplomatique, 2014. p. 26-31.

MENDES, Fernando Ribeiro. **Conspiração Grisalha**. Segurança Social, Competitividade e Gerações. Oeiras: Celta Editora, 2006.

MILKMAN, Ruth. A new political generation: Millennials and the post-2008 wave of protest. **American Sociological Review**, v. 82, n. 1, p. 1-31, 2017.

OECD. **Labour market reforms in Portugal 2011-15**: a preliminary assessment. Paris: OECD Publishing, 2017.

PAIS, José Machado. **Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea**. Lisboa: Secretaria de Estado da Juventude, 1998a.

_____. Da escola ao trabalho: o que mudou nos últimos 10 anos?. In: CABRAL, Manuel Villaverde; PAIS, José Machado. **Jovens Portugueses de Hoje**, Oeiras: Celta/Secretaria de Estado da Juventude, 1998b. p. 189-214.

_____. **Ganchos, tachos e biscates**. Jovens, trabalho e futuro. Lisboa: Âmbar, 2001.

_____. A esperança em gerações de futuro sombrio. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, p. 267-280, 2012.

_____. De uma Geração Rasca a uma Geração à Rasca: jovens em contexto de crise. In: CARRANO, Paulo; FÁVERO, Osmar. **Narrativas Juvenis e Espaços Públicos**: olhares de pesquisas em educação, mídia e ciências sociais, Niterói: Editora da UFF, 2014. p. 71-95.

PARMENT, Anders. **Marketing to the 90s Generation**: global data on society, consumption, and identity. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2014.

PEREIRA DA SILVA, Jorge; RIBEIRO, Gonçalo de Almeida. **Justiça entre gerações**: perspectivas interdisciplinares. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2017.

PINTO, Ana Filipa. À Rasca. **Retrato de uma Geração**. Lisboa: Booket, 2011.

PONTE, Cristina. Uma geração digital? A influência familiar na experiência mediática de adolescentes. **Sociologia**: problemas e práticas, n. 65, p. 31-50, 2011.

PRITCHARD, Katrina; WHITING, Rebecca. Baby Boomers and the Lost Generation: on the discursive construction of generations at work. **Organization Studies**, v. 35, n. 11, p. 1605–1626, 2014.

ROBERTS, Ken. Youth transitions and generations: a response to Wyn and Woodman. **Journal of Youth Studies**, v. 10, n. 2, p. 263-269, 2007.

ROBERTS, Ken. The end of the long baby-boomer generation. **Journal of Youth Studies**, v. 15, n. 4, p. 479-497, 2012.

ROWLAND, Jussara; FERREIRA, Vitor Sérgio; VIEIRA, Maria Manuel; PAPPÁMIKAIL, Lia. **Nem em emprego, nem em educação ou formação**: jovens NEEF em Portugal numa perspetiva comparada. Policy brief 2014. Lisboa: OPJ/ICS-ULisboa, 2014.

SCHERGER, Simone. Concepts of generation and their empirical application: from social formations to narratives. A critical appraisal and some suggestions. **CREST Working paper**, n. 117, University of Manchester, 2012.

SENNETT, Richard. **The corrosion of character**: the personal consequences of work in the new capitalism. Nova Iorque: W.W. Norton & Company, 1998.

STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 103, p. 9-24, 2014.

TAPSCOTT, Don. **Growing up digital**: the rise of the Net Generation. Nova Iorque: McGraw Hill, 1998.

TIMONEN, Virpi; CONLON, Catherine. Beyond Mannheim: conceptualizing how people 'talk' and 'do' generations in contemporary society. **Advances in Life Course Research**, n. 24, p. 1-9, 2015.

VIEIRA, Maria Manuel; FERREIRA, Vitor Sérgio; ROWLAND, Jussara. Retrato da juventude em Portugal: traços e tendências nos censos de 2001 e 2011. **Revista de Estudos Demográficos**, n. 54, p. 5-25, 2015.

WHITE, Jonathan. Thinking generations. **British Journal of Sociology**, v. 64, n. 2, p. 216-247, 2013.

WILLIAMS, Kaylene C.; PAGE, Robert A. Marketing to the generations. **Journal of Behavioral Studies in Business**, v. 3, p. 1-17, 2011.

WILLIAMSON, Howard. Radicalization to retreat: responses of the young to austerity Europe. **International Journal of Adolescence and Youth**, v. 19, n. S1, p. 5-18, 2014.

WILSON, Iain. What should we expect of 'Erasmus generations'? **Journal of Common Market Studies**, v. 49, n. 5, p. 1113-1140, 2011.

WYN, Johanna. The making of a generation: policy and the lives and aspirations of Generation X. **Journal of Educational Administration and History**, v. 44, n. 3, p. 269-282, 2012.

WYN Johanna; WOODMAN, Dan. Generation, Youth and Social Change in Australia. **Journal of Youth Studies**, v. 9, n. 5, p. 495-514, 2006.

_____. Researching Youth in a Context of Social Change: A Reply to Roberts. **Journal of Youth Studies**, v. 10, n. 3, p. 373-381, 2007.

Onde estão os (sujeitos) jovens nas teorias da juventude?¹

Lúcia Rabello de Castro

Este trabalho parte da contribuição apresentada na mesa-redonda sobre "Teorias da Juventude" no VII JUBRA, quando pude discutir alguns aspectos relevantes na configuração do embate teórico sobre juventude no Brasil. Uma das preocupações centrais aqui será colocar em questão uma certa indistinção entre teorias da juventude² e teorias dos sujeitos juvenis presente no âmbito deste debate teórico. Ao se indiferenciar as teorias da juventude das teorias dos sujeitos juvenis, não se dando conta das nuances que as distinguem, reduz-se a pluralidade epistêmica do campo teórico e se aplainam as eventuais controvérsias no diálogo necessário entre as disciplinas que se ocupam do campo da juventude.

A pergunta que intitula o presente trabalho expressa o questionamento sobre como, e se, as teorias da juventude tematizam os sujeitos jovens. Afinal, falar de juventude, discutir teoricamente seu estatuto, configuração e sua produção nos contextos histórico-sociais, significaria "também" incluir os jovens, como sujeitos, nessa discussão? Argumentamos, neste trabalho, que embora possamos dizer que as teorias da juventude incidem sobre os jovens, provendo sempre alguma forma de percebê-los e representá-los como sujeitos, elas mantêm um

¹ Este trabalho foi desenvolvido a partir da comunicação apresentada no Simpósio "Teorias da juventude: para que servem? Onde nos conduzem?" no VII Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira, JUBRA VII, Fortaleza, Ceará, 14 de agosto de 2017.

² Estarei falando no singular "teorias da juventude", e não juventudes, sem me deter aqui na discussão teórica sobre este importante aspecto: o que significa pluralizar, sob que condições, o termo juventude. No entanto, pelo fato de usar o nome juventude no singular não estou defendendo posição teórica, mas simplificando a narrativa que já está aludindo a uma pluralização teórica ("teorias") presente no campo da juventude.